



Electronic governance in public higher education institutions in Alagoas

Governança eletrônica nas instituições de ensino superior públicas de Alagoas

SANTOS, Dayvson Cassiano Lima dos⁽¹⁾; LEOBINO, Larissa Carla dos Prazeres⁽²⁾; LEÃO, Nilson Cibério de Araújo⁽³⁾; OLIVEIRA, Rodrigo Cesar Reis de⁽⁴⁾

⁽¹⁾ 0000-0002-3406-4286; Mestrando do Mestrado Profissional em Administração Pública PROFIAP/UFAL. Maceió, Alagoas (AL), Brasil. dayvsoncassiano@gmail.com

⁽²⁾ 0000-0002-3036-0395; Mestranda do Mestrado Profissional em Administração Pública PROFIAP/UFAL. Maceió, Alagoas (AL), Brasil. larissaleobino@gmail.com

⁽³⁾ 0000-0001-9716-1465; Professor Doutor do Mestrado Profissional em Administração Pública PROFIAP/UFAL. Maceió, Alagoas (AL), Brasil. leal.al@hotmail.com

⁽⁴⁾ 0000-0002-8423-2057; Professor Doutor do Mestrado Profissional em Administração Pública PROFIAP/UFAL. Maceió, Alagoas (AL), Brasil. rodrigoreisprofessor@gmail.com

O conteúdo exposto neste artigo é de inteira responsabilidade dos/as seus/as autores/as.

ABSTRACT

This article aimed to analyze electronic governance in public Higher Education Institutions (HEIs) in Alagoas, particularly regarding the level of publicizing the information available on their websites. The electronic portals of the Federal University of Alagoas (Ufal) were analyzed; the Federal Institute of Alagoas (Ifal); from the University of the State of Alagoas (Uneal) and from the University of Health Sciences (Uncisal) regarding the electronic governance of their information made available to the public, using the methodology of Biderman and Puttomatti (2011), in which scores are established and a ranking among HEIs. The research results showed that federal HEIs have a higher level of electronic governance: Ufal has 95.80%, followed by Ifal, which has 86.70%, while state HEIs have a lower score in the analyzed index, which demonstrates the need to improve the detailing and availability of information on their websites, so that civil society can monitor the use of resources more effectively.

RESUMO

O presente artigo teve como objetivo analisar a governança eletrônica nas Instituições de Ensino Superior (IES) públicas de Alagoas, particularmente quanto ao nível de publicização das informações disponibilizadas em seus sites. Foram analisados os portais eletrônicos da Universidade Federal de Alagoas (Ufal); do Instituto Federal de Alagoas (Ifal); da Universidade do Estado de Alagoas (Uneal) e da Universidade de Ciências da Saúde (Uncisal) no tocante à governança eletrônica de suas informações disponibilizadas ao público, utilizando a metodologia de Biderman e Puttomatti (2011), em que são estabelecidos pontuações e definido um ranking entre as IES. Os resultados da pesquisa demonstraram que as IES federais possuem maior nível de governança eletrônica: a Ufal apresenta 95,80%, seguida do Ifal, que apresenta 86,70%, enquanto as IES estaduais apresentam menor pontuação no índice analisado, o que demonstra a necessidade de aprimorar o detalhamento e a disponibilização das informações em seus sites, a fim de que a fiscalização na utilização dos recursos seja feita de forma mais eficaz pela sociedade civil.

INFORMAÇÕES DO ARTIGO

Histórico do Artigo:

Submetido: 16/11/2022

Aprovado: 05/12/2022

Publicação: 10/01/2023



Keywords:

Public administration, management, public information

Palavras-Chave:

Administração pública, gestão pública, informação pública

Introdução

No imaginário da população, o entendimento quanto à utilização dos recursos públicos é de difícil compreensão, talvez devido à sua complexidade e formas de acesso. Por isso, a prestação de contas e a disponibilização das informações estão alinhadas ao desejo de conhecer a forma como os recursos públicos estão sendo geridos. Assim, entende-se que a obtenção de informações (especialmente as de cunho financeiro) de interesse público é direito de todos e reflete o amadurecimento das instituições públicas e de sua população numa sociedade democrática (OCDE, 2011).

As Instituições de Ensino Superior (IES) públicas representam uma parcela do setor que deve ser norteadas por princípios como eficiência, legalidade, publicidade, transparência e prestação de contas. Além disso, essas organizações devem estar próximas do interesse público. Sabendo que essas instituições têm como missão a produção de conhecimento e a educação, alinhadas com a ciência, é fundamental que possibilitem, efetivamente, o cumprimento dos citados princípios, pois assim podem satisfazer as demandas do meio social em que estão inseridas.

Para isso, as instituições públicas podem utilizar instrumentos facilitadores, como as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC). Dessa forma, aplicar um gerenciamento eficaz da governança eletrônica nessas organizações possibilita uma maior interação entre o Estado e a sociedade civil, aproximando a população dos órgãos públicos.

Esta pesquisa tem como objetivo geral analisar a governança eletrônica das Instituições de Ensino Superior (IES) públicas de Alagoas em relação à sua prestação de informações, partindo da metodologia proposta por Biderman e Puttomatti (2011) – que trata de pontuar, sistematicamente, os parâmetros calculados a partir da análise das variáveis, classificando as instituições a partir das informações disponibilizadas em seus sites.

Considerando a relevância do tema para a Administração Pública e a necessidade de estudos que busquem analisar a governança e das IES públicas alagoanas, surge a seguinte questão de pesquisa: qual o panorama da governança eletrônica das Instituições de Ensino Superior públicas de Alagoas?

Pretende-se, com esta investigação, contribuir com o meio acadêmico e a sociedade civil, uma vez que as instituições foram estudadas a partir de uma metodologia usualmente não aplicada em IES, mas na análise de governos de estados e municípios – como constatado mediante pesquisa bibliográfica exploratória prévia – que permite avaliar o nível de governança dos órgãos públicos de Alagoas, conferindo, dessa forma, certo ineditismo a este trabalho. Além disso, busca-se fornecer um feedback, para as IES, de como está o panorama de sua governança eletrônica e disponibilização de suas informações para o interesse público, contribuindo para que a população acompanhe e fiscalize as ações dessas instituições, a fim de garantir que estejam sendo direcionais para o bem comum.

Este trabalho é constituído por cinco tópicos: o primeiro, introdução, fornece uma visão geral a respeito da pesquisa; o segundo compreende o embasamento teórico do estudo, constituído a partir da apresentação dos conceitos da literatura acerca de Teoria da Agência, governança corporativa e governança eletrônica; o terceiro tópico trata da metodologia que norteará a pesquisa; o quarto apresenta resultados e discussões dos dados da pesquisa e o quinto traz as considerações finais.

Referencial teórico

Teoria da agência e governança corporativa

A Teoria da Agência é resultado dos estudos de Jensen e Meckling (1976), sendo a mais empregada em relação ao tema de governança corporativa. O fundamento dessa teoria consiste na distinção entre os papéis de agente (tomadores de decisões) e principal (pessoas que confiam as decisões a terceiros). Os autores demonstram o entendimento da agência quando os proprietários de uma organização, chamados principal, designam outra pessoa, chamada agente, para realizar ações de gestão e tomar decisões referentes à empresa.

Nesse sentido, se o agente e o principal possuírem como propósito potencializar a utilidade, é compreensível acreditar que o agente não se colocará constantemente nas melhores expectativas do principal (JENSEN; MECKLING, 1976). Essas condições podem piorar caso exista uma assimetria de informações entre o agente e o principal (EISENHARDT, 1989). Tais situações legitimam a presença de conflitos de agência nas organizações, seja sob a gestão pública ou privada.

A presença do conflito de agência é preceito basilar na implementação da governança corporativa nas organizações públicas, a fim de reduzir os conflitos e as adversidades. Em virtude desses embates, com o propósito de amenizar os problemas, são produzidos os chamados custos de agência (NUNES, 2016), que envolvem vários tipos de despesas para a formação e organização de acordos entre o principal e o agente, do gerenciamento das ações dos gestores e dos prejuízos residuais provocados por discordâncias em decisões (SILVA, 2016). Dessa forma, com o propósito de buscar prováveis respostas para os problemas organizacionais que surgem da divisão entre propriedade e controle, manifesta-se a governança corporativa.

A governança corporativa pode ser compreendida como instrumentos que proporcionam desenvolvimento nas organizações, deixando-as mais eficazes e mais habilitadas a criar valor, por meio do aprimoramento de seus processos, de sua forma de administração e de cumprimento de seus deveres, aperfeiçoando sua performance econômico-financeira (FERREIRA *et al.*, 2019). Assim, a governança corporativa é um mecanismo de gestão que, alinhado às melhores práticas, tem a competência de minimizar as adversidades de agência e o desequilíbrio de informações (AL-SARTAWI, 2018).

A governança corporativa está inserida em um contexto em que o domínio e o comando estão sob a supervisão pessoas diversas (ALTOUNIAN *et al.* 2017), sendo percebida como elemento primordial para a manutenção de uma relação de transparência, ética e produtiva com as partes interessadas (AGUILERA *et al.*, 2015). A finalidade da implementação de ações de governança corporativa está relacionada à intenção de minimizar as complicações provenientes das relações entre administradores e acionistas (CHANG *et al.*, 2015). Empresas que utilizam melhores práticas de governança possuem menos problemas de agência, diminuem a assimetria das informações, desenvolvem uma administração mais efetiva e alavancam seus resultados econômico-financeiros (LAKSMI; KAMILA, 2018).

Segundo Guimarães e Medeiros (2005) a governança corporativa se alinha melhor na prática às formas de gestão dentro das empresas privadas, muito embora haja aspectos a se analisar dentro dos órgãos públicos, então desta forma parte-se para a governança pública e a governança eletrônica, esta que utiliza-se de ambas teorias.

Governança Eletrônica

Com relação ao ambiente público, Lane (2000) retrata governança como uma junção de diversas teorias que discutem como o Estado organiza-se com a intenção de viabilizar serviços para os cidadãos.

O conceito de governança pública possui diversas definições; contudo, geralmente está associado à presença de uma relação entre o poder público e a sociedade na administração dos recursos, viabilizando a melhoria das políticas e a prestação dos serviços públicos (FILGUEIRAS, 2018).

Conforme Filgueiras (2018), este modelo de gestão está focado em eficiência, qualidade e efetividade dos serviços públicos e na legitimidade das atividades públicas, objetivando políticas públicas e ações que proporcionem equidade e relevância para as atividades estatais. Nessa perspectiva, Filgueiras e Queiroz (2016) realçam que a governança pública apresenta três componentes significativos para o gerenciamento público: 1) a capacidade do Estado para implantação e articulação; 2) os instrumentos de *accountability* e 3) transparência e instrumentos de envolvimento político.

Dessa forma, o desenvolvimento dos meios de comunicação, especialmente da internet, conduziu a designação de novas formas de relação entre o Estado e a sociedade, gerando novos mecanismos de governança pública (GUIMARÃES; MEDEIROS, 2005). Nesse contexto, despontou o termo Governança Digital, também chamado de e-governança ou governança eletrônica (GUIMARÃES; MEDEIROS, 2005).

Para Kalsi e Kiran (2015), governança eletrônica refere-se à utilização de TICs com o objetivo de fornecer informações adequadas e serviços públicos, possibilitando o envolvimento da sociedade. Corresponde à forma que o poder público tem para oferecer informações e serviços com qualidade e engajamento da sociedade, ou seja, uma nova maneira de liderar e tomar decisões a respeito de políticas públicas (KALSI; KIRAN, 2015).

De acordo com Braga e Gomes (2015), a governança eletrônica possibilitou novos níveis de interação do governo com a sociedade. Vaz (2015) salienta que seu processo de aplicação foi concentrado, inicialmente, em demonstrações de informações sob o domínio do poder público, em que os mecanismos digitais eram percebidos como complementação e formas de publicação das ações de transparência, bem como de acesso à informação.

Com o passar dos anos, a governança eletrônica adotou novos padrões de desenvolvimento de soluções de acesso e novas práticas de informação e transparência, com ampliação da abertura da participação da sociedade, por meio de ações que produzem informação pública de forma independente pelo ativismo digital, dentre outras maneiras.

A transparência das informações é um dos componentes que amparam a consolidação da *accountability*, pois: proporciona conhecimento à sociedade; aprimora o acompanhamento e o controle das políticas públicas; estabelece uma conexão entre cidadão e governo; fomenta o comprometimento compartilhado na prestação e melhoria de serviços públicos; contribui para melhorar os resultados das políticas públicas com menores custos; consolida a efetivação das decisões escolhidas e promove o ingresso equânime ao processo de elaboração de políticas públicas e aos serviços públicos (OCDE, 2011).

Desde 2009, o Brasil desenvolveu-se em relação à transparência pública, com a criação da Lei Complementar 131/2009, conhecida como Lei da Transparência, que alterou a redação da Lei Complementar 101/2000, chamada de Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que determina as diretrizes de finanças públicas orientadas para a responsabilidade na gestão fiscal. Com essa implementação, houve inovações na transparência das despesas públicas.

A LRF aumentou o princípio constitucional da transparência ao instituir, em seu artigo 48, que, nas etapas de desenvolvimento do planejamento público, os administradores do Poder Executivo precisam realizar audiências públicas com a comunidade e com o Poder Legislativo, expondo o planejamento; e, no seu artigo 9º, menciona a divulgação quadrimestral aos cidadãos sobre a efetiva execução do que foi planejado (AZEVEDO, 2013).

No Brasil, vários trabalhos buscam mensurar o nível de governança e transparência das instituições públicas utilizando a metodologia do Índice da Transparência dos autores Biderman e Puttomatti (2011), denotando sua usabilidade e relevância para a área científica. Dentre outros, o quadro 1 apresenta alguns estudos anteriores os quais aplicaram a mesma metodologia.

Quadro 1 - Pesquisas que utilizaram a metodologia do Índice da Transparência

Autores	Ano	Objetivo	Conclusão
Keunecke et al	2011	Analisar o nível de transparência nos <i>sites</i> de cinco municípios catarinenses	Todos eles estão de acordo com a Lei Complementar 131/2009 e a divulgação de contas públicas ajuda na <i>accountability</i> e na compreensão dos cidadãos
Souza <i>et al.</i>	2013	Analisar oito municípios do Rio Grande do Norte para ranquear, a partir de seus <i>sites</i> , o nível de transparência	Ainda precisam melhorar as informações apresentadas à sua população para que ela possa exercer o controle social
Santiago et al	2017	Analisar informações disponibilizadas nos <i>sites</i> de todos os Conselhos Regionais de Contabilidade brasileiros, usando a metodologia aqui aplicada em associação ao preconizado na Lei de Acesso à Informação	No geral, os <i>sites</i> estão adequados, mas poderiam aprimorar a transparência de suas informações

Nota: elaborado pelos autores

Em destaque mostra-se o estudo de Keunecke et al (2020), pois fizeram trabalho similar à esta em tela: aplicaram sua pesquisa em Instituições de Ensino Superior públicas da região Sul do Brasil, a fim de analisar suas contas e a transparência pública a partir dos portais eletrônicos dessas organizações, constatando, por fim, que as universidades municipais têm menor nível de transparência – o que dificulta a *accountability* e o controle social. Dadas as informações das seções anteriores, esta pesquisa seguirá para a exposição do modelo metodológico utilizado em sua aplicação.

Metodologia

Segundo Hernández-Sampieri et al (2013, p. 101), um estudo exploratório é um tipo de pesquisa pautado em um tema que exige a exploração de um pouco estudado em que “ainda temos muitas dúvidas ou que não foi abordado antes”. Partindo desse conceito, este estudo é uma pesquisa de caráter exploratório e descritivo, que é uma forma de abordagem da pesquisa quantitativa segundo Fontelles et. al. (2009) para registrar e mostrar os dados do estudo.

Em relação aos procedimentos, serão utilizadas pesquisas de cunho bibliográfico e documental, de abordagem qualitativa e quantitativa.

Pretende-se investigar as Instituições de Ensino Superior (IES) públicas de Alagoas em relação ao seu nível de transparência, preconizado nas leis mencionadas anteriormente, visto que recebem recursos públicos e têm a obrigação de fornecer o máximo de transparência a suas ações e utilização de recursos, fazer uma boa governança eletrônica e dar devolutivas à sociedade em que estão inseridas.

Assim, objetiva-se analisar os portais eletrônicos da Universidade Federal de Alagoas (Ufal); do Instituto Federal de Alagoas (Ifal); da Universidade do Estado de Alagoas (Uneal) e da Universidade de Ciências da Saúde (Uncisal) quanto a sua governança eletrônica, com base na metodologia de Biderman e Puttomatti (2011), que muito embora trate-se de um método bastante utilizado para categorizar os estados e os municípios quanto ao nível de transparência, atualmente também é utilizado para outros contextos.

A metodologia do Índice de Transparência de Biderman e Puttomatti (2011) confere a possibilidade de atribuições de notas (de acordo com o Quadro 2) dentro dos seguintes parâmetros: Conteúdo; Série Histórica e Frequência de Atualização e Usabilidade.

Quadro 2 - Metodologia do Índice de Transparência

PARÂMETROS	ITENS	DESCRIÇÕES ANALISADAS
Conteúdo (1.400 pontos)	Estrutura Organizacional	Organograma; Composição do Conselho Diretor; Conselheiros Titulares e Suplentes; Câmaras; Delegacias; Regimento Interno; Endereço, Telefone e Horário de Atendimento ao Público das Unidades
	Execução Orçamentária	Dotação inicial; Dotação Autorizada; Pagamentos Efetuados
	Projetos	Nome do Projeto; Objetivo Estratégico; Justificativa; Objetivos do Projeto; Metas do Projeto; Informações Orçamentárias
	Licitação	Razão Social da Contratada; Modalidade; Edital na Íntegra ou Parcial; Objeto; Número da Licitação
	Contratos	Número do Contrato; Razão Social da Contratada; Modalidade, Data da Publicação; Vigência; Valor Contratado; Objeto; Empenhos Relacionados; Natureza da Despesa e Documentos Anexados
	Convênios	Número do Convênio; Órgão Concedente; Órgão Conveniente; Data da Celebração; Vigência; Objeto; Justificativa; Situação do Convênio e Valor Pactuado

	Quadro de Pessoal	Relação Nominal dos Funcionários; Folha de Pagamento, Identificação e Cargo dos Funcionários e Tabela Salarial
	Demonstrações Contábeis e Prestações de Contas	Balanço Financeiro; Balanço Patrimonial; Relatórios de Gestão e Parecer
	Serviço de Informação ao Cidadão (SIC)	Presença do Serviço de Informação ao Cidadão, para que o cidadão possa requisitar informações públicas
Série Histórica e Frequência de Atualização (200 pontos)	Séries Históricas	Disponibilização de Séries Históricas (entre três e cinco anos)
	Atualização	Atualização das informações disponibilizadas (mensal, anual)
Usabilidade (400 pontos)	Perguntas e Respostas	Esclarecimentos de dúvidas frequentes dos usuários
	Delimitação de Consultas	Possibilidade de consultas na periodicidade mensal e anual
	Ferramentas de <i>download</i>	Possibilidade de <i>download</i> dos dados para tratamentos específicos
	Facilidade de navegação	Propiciar rápida e fácil navegação no sítio pelos usuários

Nota: Biderman e Puttomatti (2011), adaptado por Santiago et al (2017).

Dessa forma, para a coleta de dados, foi utilizado o método de observação direta dos documentos disponibilizados nos *sites* das Instituições de Ensino Superior citadas, referentes aos anos de 2018 a 2021 (pois assim se obtém as informações mais recentes das instituições) a partir do quadro adaptado por Santiago, Duque e Santos (2017), que possui informações que se adequam melhor a uma análise holística da governança eletrônica das instituições aqui em estudo.

Os dados foram coletados no dia 08 de dezembro de 2021, dentro dos endereços eletrônicos das Universidades alagoanas, a saber: Ufal, <https://ufal.br/>; Ifal, <https://www2.ifal.edu.br/>; Uneal, <http://www.uneal.edu.br/> e Uncisal, <https://www.uncisal.edu.br/>.

Nesta pesquisa, baseando-se no quadro 2, a pontuação de cada Parâmetro (coluna 1) foi dividida igualmente para cada Item (coluna 2) que o compõe. A partir disso, cada item foi pesquisado nos *sites* das universidades analisadas observando as descrições de análise (coluna 3). A pontuação atribuída foi dividida em 100 % se o item fosse identificado de forma completa, 50% caso parcialmente encontrado e 0% se não observado. Na análise, foi feito um ranqueamento descritivo dentre as instituições mencionadas e inferências a partir dos dados coletados, o que caracteriza uma análise de conteúdo.

Podem-se resumir assim as etapas da pesquisa: delineamento do tema; realização da análise bibliográfica e documental; coleta das informações nos *sites* das instituições; aplicação da metodologia do Índice de Transparência através dos parâmetros definidos para ranqueamento das instituições e análise dos resultados obtidos por meio do método aplicado.

Resultados e discussão

Após o levantamento e a análise dos dados da pesquisa, é relevante apresentar algumas considerações sobre as informações coletadas, sistematizadas em três quadros para cada parâmetro analisado e um para o índice de transparência das IES pesquisadas, de modo que se atinja a compreensão quanto à temática proposta na pesquisa e possíveis contributos para o meio acadêmico e a área de estudo.

Desse modo, apresentam-se, a seguir, os Quadros 3, 4, 5 e 6, com as pontuações de cada IES pública de Alagoas – Ufal, Ifal, Uneal e Uncisal – analisada dentro dos descritores de cada parâmetro da metodologia (Conteúdo; Série Histórica e Frequência de Atualização e Usabilidade). Ao final, mostra-se o quadro com as notas globais e o ranqueamento de cada instituição.

Inicialmente, no Quadro 3, demonstram-se as descrições pontuadas do parâmetro Conteúdo, com nove (09) descrições – que, no total, podem chegar à pontuação máxima de 1.400 para esse parâmetro, em que se analisam tanto informações majoritariamente de cunho financeiro como também de ordem genérica de identificação da IES e facilidade de solicitação de informações pelo público em geral. Tem-se, então, em ordem decrescente de melhor pontuação: Ufal, Ifal, Uneal e Uncisal.

Quadro 3 - Pontuação das IES nos descritores de conteúdo

Descrições do parâmetro Conteúdo										
	Estrutura Organizacional	Execução Orçamentária	Projetos	Licitação	Contratos	Convênios	Quadro de Pessoal	Demonstrações Contábeis e Prestações de Contas	SIC	Total
Pontuação Máxima	196	84	168	168	280	252	112	112	28	1.400
Ufal	196	84	84	168	280	252	112	112	28	1.316
Ifal	196	84	168	168	140	126	112	112	28	1.134
Uneal	98	84	0	84	0	126	112	112	28	644
Uncisal	98	0	0	168	0	126	112	0	28	532

Nota: Dados da pesquisa.

A partir do Quadro 3, que contém a maior parte das variáveis que devem ser publicadas nos *sites* das IES, pode-se observar que nenhuma das instituições atingiu a nota máxima dentro do parâmetro Conteúdo, embora as universidades federais aproximem-se desse indicador. O que chama atenção é que, na descrição de projetos, as IES estaduais sejam bem deficientes em expor suas informações, o que deixa margem subjetiva à inferência de não haver planejamento prévio holístico; por outro lado, torna-se dicotômico identificar a maioria dos processos licitatórios das IES, mas não seus contratos ou convênios (excetuando-se apenas a Ufal). É importante destacar que todas elas expõem claramente seus registros financeiros e de pessoal, além de oferecerem um estruturado Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) com potencial de atenuar a dicotomia anterior.

No Quadro 4, têm-se as descrições pontuadas do parâmetro Série Histórica e Frequência de Atualização, em que os dois descritores podem chegar até 200 pontos quando atendidos os requisitos de apresentar séries históricas extensas, a fim de permitir que a sociedade realize comparações e análises mais sólidas para manter suas informações atualizadas.

Nesses parâmetros, a maioria das IES saiu-se muito bem, com pontuação máxima – exceto a Uncisal, que zerou este parâmetro, pois não mostra suas informações referente a diversos anos, o que dificulta colher dados de gestões universitárias, historicidade e acompanhar sua evolução, além de mostrar informações desatualizadas e não fornecer, automaticamente, informações atualizadas, o que impossibilita a sociedade de exercer seu poder.

Quadro 4 - Pontuação das IES nos descritores Série Histórica e Frequência de Atualização

Descrições do parâmetro Série Histórica e Frequência de Atualização			
	Série Histórica	Atualização	Total
Pontuação Máxima	100	100	200
Ufal	100	100	200
Ifal	100	100	200
Uneal	100	100	200
Uncisal	0	0	0

Nota: Dados da pesquisa.

No Quadro 5, a seguir, verificam-se as descrições pontuadas do parâmetro Usabilidade, que, segundo Bevan (1995), é o conceito utilizado para apresentar a qualidade da interação dos usuários com a interface acessada.

Para os usuários das IES e a população em geral, é importante que se consiga identificar com facilidade as informações dispostas no portal eletrônico em que se navega. Nesse ponto, a Arquitetura da Informação é a chave-mestra para esse alcance (ROSENFELD; MORVILLE, 2006).

Quadro 5 - Pontuação das IES no descritor Usabilidade

Descrições do parâmetro Usabilidade					
	Perguntas e Respostas	Atualização Delimitação de Consultas	Ferramentas de Download	Facilidade de Navegação	Total
Pontuação Máxima	80	160	80	80	400
Ufal	80	160	80	80	400
Ifal	80	160	80	80	400
Uneal	80	160	80	80	400
Uncisal	0	0	80	40	120

Nota: Dados da pesquisa.

Nesse parâmetro, três IES alcançaram a nota máxima possível; novamente, a Uncisal não obteve nota satisfatória, obtendo pontuação 0 no critério Perguntas e Respostas, o que demonstra a necessidade de maior interação entre a instituição e seus usuários, reforçando, assim, a demanda pelo aprimoramento de seu portal, pois preconiza-se que uma IES pública seja assertiva na transparência de seus canais de interação com o cidadão e gerencie suas informações estrategicamente, por meio das TICs dispostas na governança eletrônica, como forma de zelar pelo fortalecimento do poder de sua população.

Por fim, através dos resultados obtidos nos três parâmetros apresentados acima e após compilá-los, mostra-se o Quadro 6, com o ranqueamento total das Instituições de Ensino Superior públicas de Alagoas, em relação ao seu nível de governança eletrônica, pontuando até o valor de 2.000 no Índice de Transparência, em que se demonstra o alcance global em porcentagem, para fins de melhor identificação.

Quadro 6 - Ranqueamento das IES no Índice de Transparência

Parâmetros	Conteúdo	Série Histórica e Frequência de Atualização	Usabilidade	Total	Índice de Transparência
Pontuação Máxima	1.400	200	400	2.000	100,00%
Ufal	1.316	200	400	1.916	95,80%
Ifal	1.134	200	400	1.734	86,70%
Uneal	644	200	400	1.244	62,20%
Uncisal	532	0	120	652	32,60%

Nota: Dados da pesquisa.

Contemplando o exame das informações dos portais das IES, nota-se que a Ufal obteve a melhor classificação, seguida pelo Ifal. Em terceiro lugar, a Uneal, e, por último, a Uncisal, com o menor índice em relação às outras instituições.

Observou-se que as IES federais (Ufal e Ifal) ficaram com notas próximas ao índice máximo (100%), o que permite inferir que elas executam de forma adequada e estratégica a governança eletrônica de suas informações em seus *sites*, possibilitando à sociedade civil acompanhar suas ações e prestações de contas de forma célere e transparente.

Pode-se depreender que o destaque positivo para essas instituições federais dê-se pelo fato do impulsionamento que uma estrutura federal proporciona, ou seja, serem mantidas pelo ente federativo maior, tendo, assim, mais recursos, órgãos federais de controle igualmente bem estruturados e legislação mais incisiva.

Já Uneal e Uncisal ficaram nas últimas colocações do ranqueamento (terceiro e quarto lugar, respectivamente), com a pontuação de Conteúdo, parâmetro que colhe informações majoritariamente financeiras, significativamente baixa. Então, observa-se que as universidades estaduais de Alagoas ainda se encontram distantes do nível máximo esperado e poderiam atingir a escala do Índice de Transparência aqui estudado. Nota-se, também, a necessidade de aprimorar as ações de transparência para a construção de valor público para sua população.

Dessa forma, ao avaliar o resultado de todos os parâmetros analisados, evidencia-se que as IES públicas alagoanas conseguiram obter melhores pontuações nos parâmetros Séries Históricas, Atualização e Usabilidade – exceto a Uncisal. Entretanto, no parâmetro Conteúdo, sobretudo nas variáveis Contratos e Convênios, as IES exibiram as pontuações mais baixas.

Considerações finais

A partir da análise dos dados coletados nesta pesquisa, as Instituições de Ensino Superior (IES) públicas de Alagoas foram pontuadas e depois organizadas em um *ranking* no tocante à situação dos níveis de governança e transparência das informações em seus portais eletrônicos. Observou-se que as IES federais obtiveram melhor colocação em relação aos parâmetros analisados: a Ufal em primeiro lugar e o Ifal, em segundo. Já as instituições estaduais obtiveram menor rendimento: a Uneal ficou em terceiro lugar e a Uncisal na última posição.

Logo, pode-se inferir, a partir dos dados coletados, que as IES federais evidenciam as informações de interesse público de forma mais clara, o que contribui para agregação da construção do valor público dessas instituições e oferece melhores mecanismos para a fiscalização da sociedade alagoana. Na contramão, as IES estaduais obtêm o Índice de Transparência Global baixo, o que pode ser um reflexo de uma sociedade local sem consciência da força de seu controle sobre as instituições públicas.

Assim, é fundamental que as IES federais alagoanas mantenham seus sites com altos níveis do Índice de Transparência em sua governança eletrônica e possam aprimorar parâmetros em que não alcançaram as pontuações máximas; do mesmo modo, é essencial que as IES estaduais otimizem seus portais eletrônicos, a fim de atender a ampla demanda de informações de interesse da sociedade e possibilitar que o controle social seja exercido de forma eficaz.

Neste artigo, buscou-se analisar as instituições do estado de Alagoas, por meio de seus portais eletrônicos, quanto ao Nível de Transparência, a partir da metodologia proposta por Biderman e Puttomatti (2011), adaptando-a ao contexto das IES – o que também permitiu a criação de um ranking com a porcentagem obtida por cada instituição. Por se tratar de uma pesquisa realizada em âmbito estadual, há limitações no que tange à criação de um panorama atual para observar a atuação dessas instituições de ensino no país no tocante à sua governança eletrônica.

Dada essa realidade, sugere-se analisar Instituições de Ensino Superior públicas de outros estados e de outras regiões do Brasil, a partir da metodologia utilizada neste artigo, bem como indica-se dar maior atenção ao universo das universidades públicas estaduais e municipais, dado que algumas não disponibilizam, em seus portais, informações acessíveis e concretas, mas têm grande impacto nas comunidades em que estão inseridas.

REFERÊNCIAS

- Aguilera, R. V., Desender, K., Bednar, M. K., & Lee, J. H. (2015). Connecting the dots: Bringing external corporate governance into the corporate governance puzzle. *Academy of Management Annals*, 9(1), 483-573.
- Altounian, C. S., Souza, D. L. & Lapa, L. R. G. *Gestão e governança pública para resultados: uma visão prática*. Belo Horizonte: Fórum, 2017.
- Al-Sartawi, M. A. Corporate Governance and Intellectual capital: evidence from gulf cooperation council Countries. *Academy of Accounting and Financial Studies Journal*, v. 22, n 1, p. 1-12, 2018.
- Azevedo, R. R. Uma análise dos índices da lei de responsabilidade fiscal nos municípios paulista após a implantação do projeto AUDESP. *Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade*, UNEB, Salvador, v. 3, n. 2, p. 3, mai./ago.2013.

- Bevan, N. Usability is quality of use. *In: Advances in Human Factors/Ergonomics*, v. 20, pp. 349-354. Elsevier, 1995.
- Biderman, C; Puttomatti, G. *Metodologia do Índice de Transparência*. s.l., s.n, 2011.
- Braga, L. V.; Gomes, R. C. Governo eletrônico e seu relacionamento com o desenvolvimento econômico e humano: um estudo comparativo internacional. *Revista do Serviço Público*. v. 66, n. 4. Brasília, 2015.
- Chang, Y. K., Chen, Y. L., Chou, R. K., & Huang, T. H. (2015). Corporate governance, product market competition and dynamic capital structure. *International Review of Economics & Finance*, 38, 44-55.
- Eisenhardt, K. M. Agencytheory: An assessment and review. *The Academy of Management Review*. v. 14, v. 1, p. 57-74, 1989.
- Ferreira, R. M., de Lima, S. L. L., Gomes, A. R. V., & de Mello, G. R. (2019). Governança Corporativa: Um estudo bibliométrico da produção científica entre 2010 a 2016. *Revista Organizações em Contexto*, 15(29), 323-342.
- Filgueiras, F., Queiroz, L. *Governança de sistemas de avaliação em perspectiva comparada*. Brasília: Enap, 2016. 107 p.
- Filgueiras, F.. Indo além do gerencial: a agenda da governança democrática e a mudança silenciada no Brasil. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, 52(1), p. 71-88, jan/ fev 2018.
- Guimarães, T. A., Medeiros, P. H. R.. A relação entre governo eletrônico e governança eletrônica no governo federal brasileiro. *Cad. EBAPE.BR*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 4, p. 01- 18, Dec. 2005.
- Hernández-Sampieri, R., Collado, C. F. & Lucio, M. P. B. *Metodologia de Pesquisa*. 5ª ed. Porto Alegre: Penso, 2013.
- Jensen, M. C., Meckling, W. H. Theory of the firm: managerial behavior, agency costs and ownership structure. *Journal of Financial Economics*, v. 3, n. 4, p. 305- 360, 1976. doi: 10.2139/ssrn.94043.
- Kalsi, N. S., Kiran, R. A strategic framework for good governance through e-governance optimization. *Program*, v. 49, n.2, p. 170–204, 2015.
- Keunecke, L. P., Teles, J. & Melo, P. A. Práticas de accountability: transparência e prestação de contas nas instituições públicas de ensino superior da região Sul do Brasil. *Revista Gestão Universitária na América Latina (Gual)*, p. 98-118, 2020. DOI: <https://doi.org/10.5007/1983-4535.2020v13n3p98>
- Keunecke, L. P.; Teles, J.; Flach, L. Práticas de Accountability: uma análise do índice de transparência nos municípios mais populosos de Santa Catarina. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, [S. l.], v. 8, n. 16, p. 153-174, 2011. DOI: 10.5007/2175-8069.2011v8n16p153. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/contabilidade/article/view/2175-8069.2011v8n16p153>. Acesso em: 16 nov. 2021.
- Laksmi, C. A.; Kamila, Z. The effect of good corporate governance and earnings management to corporate social responsibility disclosure. *Academy of Accounting and Financial Studies Journal*, v. 22, n 1, p. 1-16, 2018.
- Morville, P., Rosenfeld, L. (2006) *Information Architecture for the World Wide Web*. (3ª ed.) O'Reilly Media.
- Nunes, P. R. C. *Práticas de governança, fatores institucionais e empresariais e o desempenho na prestação de serviços públicos no setor de saneamento básico*. 216. 155 f. Tese (Doutorado em Administração de Empresas) – Universidade de Fortaleza, Fortaleza, Brasil, 2016.
- OCDE, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. OECD Economic Surveys:

- Brazil 2011. Paris, OECD Publishing, 2011. doi: 10.1787/eco_surveys-bra-2011-en, 2011.
- Santiago, L. S., Duque, A. P. O. & Santos, W. J. L. Transparência no Setor Público: uma análise do Nível de Transparência nos Portais Eletrônicos dos Conselhos Regionais de Contabilidade do Brasil. *In: International Conference in Accounting e do Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade. Anais...* São Paulo, SP, 2017. Disponível: <https://congressosp.fipecafi.org/anais/17UspInternational/ArtigosDownload/256.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2021.
- Silva, E. C. *Governança corporativa nas empresas: guia prático de orientação para acionistas, investidores, conselheiros de administração e fiscal, auditores, executivos, gestores, analistas de mercado e pesquisadores*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2016.
- Souza, F. J. V., Barros, C. C., Araújo, F. R., & Silva, M. C. (2013). Índice de transparência municipal: um estudo nos municípios mais populosos do Rio Grande do Norte. *Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade*, 3(3), 94-113 Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/37782/indice-de-transparencia-municipal--um-estudo-nos-municipios-mais-populosos-do-rio-grande-do-norte/i/pt-br>. Acesso em: 16 nov. 2021.
- Vaz, J. C. Acesso à informação: novas demandas e oportunidades. *In: Seminário Estratégia de Governança Digital: para muito além das TIC*. Brasília, 2015.